



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

Aos 08 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 09:45 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:45

1. Apreciação e votação da ata n.º 171/XII, relativa à reunião de 18 de dezembro;

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia sobre os impactos para Portugal dos acordos multilaterais e bilaterais de comércio internacional aprovados e em discussão, envolvendo a União Europeia;

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 388/XII/2.ª (PSD) - Altera a Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, que regula o Conselho Económico e Social

- Relatora: Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção de know-how e informações comerciais confidenciais (segredos comerciais) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais [COM(2013)813]

- Relator: Deputado Nuno Serra (PSD)

5. Apresentação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho - Turismo (3ª Sessão Legislativa)

6. Apreciação e votação do relatório final do Grupo de Trabalho - Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo

7. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

10:30

Audição da ANACOM, sobre o cumprimento pelos operadores de televisão por subscrição da Lei n.º 55/2012 de 6 de setembro, que Estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais

- (Requerimento do BE)

09:45

Por impossibilidade de estar presente o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Pedro Pinto (PSD), assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).

1. Apreciação e votação da ata n.º 171/XII, relativa à reunião de 18 de dezembro;

Submetida a votação, foi a ata n.º 171/XII/3.ª, relativa à reunião de 18 de dezembro, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia sobre os impactos para Portugal dos acordos multilaterais e bilaterais de comércio internacional aprovados e em discussão, envolvendo a União Europeia;

Tendo dado entrada na Comissão, ao fim do dia da sexta-feira anterior, um requerimento do PS, com teor semelhante ao deste ponto da ordem do dia, foi objeto de consenso que a apreciação de ambos os documentos seria efetuada conjuntamente.

Interveio o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para apresentar, sucintamente, o mencionado requerimento e, tendo tido lugar, na véspera, na Assembleia da



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

República, o Seminário Diplomático, salientar que uma das matérias apreciadas estava relacionada com o balanço do Acordo de Bali e as atuais implicações nos quadros da União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA) e o congelamento da negociação do tratado de livre comércio entre Mercosul e a UE e, neste contexto, destacar a importância que representa para Portugal as exportações portuguesas, designadamente para o Brasil e EUA, e para o domínio da parceria transatlântica (EUA-UE) de comércio e investimento.

Tendo em vista a necessidade de o Governo refletir em conjunto com a Assembleia da República o contexto atual, no quadro dos processos negociais e multilaterais, como reforço de uma melhor preparação para o debate político, o GPPCP requeria a realização da audição do Ministro da Economia, em sede de CEOP.

Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) para apresentar o respetivo requerimento, começando por subscrever as considerações e preocupações manifestadas pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP). O tema referente ao comércio internacional tinha sido já abordado pelo Senhor Presidente da CEOP, numa reunião anterior, defendendo que à Comissão estava cometido um papel relevante na aproximação e relacionamento entre parlamentares integrantes de comissões homólogas de outros países, em matéria de economia.

Tinha estado na base da apresentação do requerimento do PS um conjunto de ideias e propostas relativo ao crescimento continuado das exportações portuguesas, à articulação com os fundos comunitários e a canalização para o apoio às exportações e a necessidade de se fazer um ponto da situação sobre a matéria em apreciação.

Para o efeito, havia abertura para proceder ao ajustamento das entidades a ouvir.

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) interveio, de seguida, para referir que subscrevia ambos os requerimentos, conferindo a relevância da matéria e dos problemas que a economia portuguesa vinha enfrentando. Compreendendo o impacto que os acordos em causa tinham na economia portuguesa, considerava contudo, a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

necessidade de haver flexibilidade no ajustamento da lista de entidades a ouvir e de o titular da pasta da economia ser ouvido no final das audições.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP), usando da palavra, exprimiu-se em concordância com os requerimentos apresentados, tendo em conta a necessidade de aferir melhor os impactos dos acordos na economia portuguesa no quadro da proteção estratégica do país.

A final, o Senhor Presidente resumiu o consensualizado anteriormente: a lista de audições seria aberta, iniciada por entidade profundamente conhecedora da matéria relativa aos acordos e finalizada com a presença do Ministro da Economia.

Submetidos a votação, com as referências enunciadas no parágrafo anterior, os requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 388/XII/2.ª (PSD) - Altera a Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, que regula o Conselho Económico e Social

- Relatora: Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)

Após a apresentação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 388/XII/2.ª (PSD) pela Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção de know-how e informações comerciais confidenciais (segredos comerciais) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais [COM(2013)813]

- Relator: Deputado Nuno Serra (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

Após a apresentação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à [COM(2013)813] pelo Senhor Deputado Nuno Serra (PSD) foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

5. Apresentação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho - Turismo (3ª Sessão Legislativa)

O Plano de Atividades do Grupo de Trabalho - Turismo (3ª Sessão Legislativa) foi, sucintamente, apresentado pela sua Coordenadora, Senhora Deputada Hortense Martins (PS), após o que, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.

6. Apreciação e votação do relatório final do Grupo de Trabalho - Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo

Interveio o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho, que começou por explicar a metodologia que tinha sido adotada e salientar a comprovada inadequação da existência de uma lei de bases. O trabalho tinha sido muito interessante, tendo permitido verificar que havia domínios da legislação em que se registava falta de clareza que importava corrigir.

Agradecendo os contributos dos membros do Grupo de Trabalho, referiu que, face às propostas apresentadas pelos grupos parlamentares no decurso dos trabalhos, ficaria para análise de cada um a tomada de medidas a considerar.

Em seguida, tomaram a palavra os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), para dizer que apesar de não ter resultado a viabilidade de originar uma lei de bases, a utilidade da informação recolhida era relevante e demonstradora da necessidade de virem a ser introduzidas melhorias em algumas das matérias, como por exemplo na área da qualidade e a respetiva densificação de conceitos; Bruno Dias (PCP), para cumprimentar o relator e o trabalho produzido e sublinhar que o processo decorrido



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

tinha mais potencial do ponto de vista do debate das ideias do que o que, por força das circunstâncias, tinha acabado por resultar; para considerar como um dado positivo a correção do erro inicial, de acordo com o alerta oriundo do seu GP, posto que havia uma divergência de fundo relativamente ao enquadramento político da linha de opção estratégica da iniciativa, nascida da apresentação de um Projeto de Resolução, no Plenário; relevar para o facto de ter sido o relator a anunciar a ideia da não concretização de uma lei de bases e expressar a ponderação sobre a eventual apresentação de uma declaração de voto para efeito de esclarecimento da posição do seu GP; e Ana Paula Vitorino (PS), para referir que os trabalhos tinham ultrapassado o propósito inicial, sublinhar o conhecimento técnico e científico do relator, desde o início, e registar com agrado o facto de não se concretizar a feitura de uma lei de bases.

Submetido a votação o relatório final foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, e votos contra do PCP.

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta dos seguintes assuntos:

– O Governo tinha proposto o dia 12 de fevereiro, às 15h00, para a realização da audição do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República. Tratando-se de uma quarta-feira e, a essa hora, normalmente, realizando-se o Plenário, já tinha sido enviado *e-mail* ao Gabinete da SEAPI a questionar a possibilidade de agendamento noutra data ou se a hora indicada não estava incorreta.

– A audição do Ministro da Administração Interna, no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento estava agendada para o próximo dia 14 de janeiro, terça-feira, às 16h00. Perguntou o Senhor Presidente se se poderia realizar a reunião ordinária da Comissão nesse dia, às 15h00. Interveio o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para informar que na semana seguinte apresentaria o parecer sobre a PPL 190/XII/3.ª, a qual tinha conexão com a 3.ª Comissão, e que, em princípio, aquela comissão iria reunir nessa terça-feira para apreciar e votar o seu parecer sobre essa iniciativa, que



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

seria anexo ao por ele elaborado, pelo que havia toda a conveniência em que a reunião ordinária ocorresse apenas na quarta-feira, como de costume.

– Tinha sido rececionado, na véspera, um ofício proveniente da COFAP, solicitando parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2012 (o parecer sobre a CGE de 2010 tinha sido elaborado pelo PSD e o parecer sobre a CGE de 2011 tinha cabido ao PS). Terminando o prazo no dia 31 de janeiro, o parecer teria que ser aprovado na reunião de 29 de janeiro. Foi consensualizado que o parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2012 caberia ao CDS-PP, que indicou como relator o Senhor Deputado Rui Barreto.

10:30

Audição da ANACOM, sobre o cumprimento pelos operadores de televisão por subscrição da Lei n.º 55/2012 de 6 de setembro, que Estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais

- (Requerimento do BE)

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Professora Fátima Barros, Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM, ao Dr. José Perdigoto, Vice-Presidente, e à Dr.ª Ilda Matos, Assessora de Imprensa.

Tendo questionado a Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM se pretendia fazer uma intervenção inicial, respondeu esta negativamente, pelo que se iniciou a primeira ronda de perguntas.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), Paulo Campos (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo a Senhora Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM respondido às questões colocadas, no que foi complementada pelo Senhor Vice-Presidente daquele Conselho de Administração.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para, numa interpelação à Mesa, solicitar o fornecimento de documentação sobre as diligências que o ICP-ANACOM fez junto do ICA e do Secretário de Estado da Cultura sobre os problemas em apreciação.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos complementares os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), Inês de Medeiros (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), os quais foram prestados em conjunto pela Senhora Presidente e pelo Senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM.

Finalmente, na terceira ronda, usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), Inês de Medeiros (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Paulo Campos (PS) e Miguel Tiago (PCP), tendo a Senhora Presidente e o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM prestado os esclarecimentos entendidos pertinentes a final.

Finalmente, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) usou da palavra numa interpelação à Mesa, para solicitar que o ICP-ANACOM fizesse chegar à Comissão a versão da proposta de lei que deu origem à Lei n.º 55/2012 sobre a qual se pronunciou, e o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), usando de idêntica figura, requereu que as solicitações de documentação feitas durante a audição fossem reforçadas por escrito. Perante a manifestação expressa da Senhora Presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM de enviar a documentação solicitada, entendeu o Senhor Presidente que não seria necessário fazer o reforço do pedido por escrito.

A audição foi objeto de [gravação](#) e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

Não havendo mais inscrições, a reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de janeiro de 2014.

O VICE-PRESIDENTE

(FERNANDO SERRASQUEIRO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 173/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Afonso Oliveira
Catarina Martins
Inês de Medeiros
Michael Seufert
Miguel Tiago
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Mariana Mortágua
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: